

PUBLICAÇÕES EDIPUCRS

Cláudia Rejane Dornelles Antunes
A POÉTICA DO CONTO DE SIMÕES LOPES NETO
Memória das Letras 14
 2003

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
 Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
 Caixa Postal 1429
 90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL
www.pucrs.br/edipucrs/
 E-mail edipucrs@pucrs.br
 Fone/Fax: (51) 3320.3523

Intuições fonológicas no sistema alfabético do português do Brasil

Leonor Scliar-Cabral*

1 Fase fonética

A literatura registra três fases de fixação da escrita em língua portuguesa (Freire da Silva, 1906, p. 88; Chaves de Melo, 1967, p. 212): a fonética, a pseudo-etimológica e a simplificada.

1º - Na fase por muitos denominada de fonética (Nunes, 1930, p. 198-203, apud Chaves de Melo, 1967, nota¹⁰¹), desde o século XII até o século XV, inexistia uma norma para a grafia das palavras, documentadas segundo as intuições fonéticas de quem as escrevia. Segundo Chaves de Melo (1967, p. 211), "Nossa grafia começou razoavelmente simples e bastante ajeitada à prosódia". A seguir (p. 212), o autor assinala a "apreciável coerência, ao menos de princípios, e regular uniformidade". Não ocorriam as chamadas letras mudas que não correspondem a nenhum som, nem se doavam as consoantes, com exceção de "r", "s", "f", "l", "m". Para estas letras havia vacilação quanto a geminar ou não e bastante arbitrariedade, conforme "deffender" e "defender".

Silva Neto (1976, p. 99) expõe o mesmo ponto de vista: "A grafia era fonética, procurava espelhar fielmente a pronúncia do tempo. Por isto, não há confusão entre os sinais *s* e *z*; *ss* e *ç*; *ch* e *x*; *s* e *ss*". Sousa da Silveira (1921, p. 95) também se refere à distinção que se fazia "entre os sons de *ss* e *ç* e entre os de *-s-* intervocálico e *z*". Por isso, é difícil encontrarem-se documentos desse tempo em que haja confusão gráfica a respeito daqueles sons: entretanto, uma ou outra vez se encontram". Observe-se que o "ç" representava a

* UFSC/CNPq.

africada [t], que posteriormente desapareceu, embora a letra com o respectivo diacrítico tenha perdurado. Fato semelhante ocorreu com "ch" que representava a [-cont] [c] em oposição à "x" que representava a [+cont] [ʃ]. As mudanças fonológicas e fonéticas não acompanhadas pelos respectivos ajustamentos no sistema de escrita acarretaram discrepâncias que perduram até hoje.

Silva Neto manifesta ponto de vista distinto (*ib.*, p. 103) de Chaves de Melo e de Sousa da Silveira, quanto à uniformidade, salientando que "muitas formas se apresentavam aos escritores que assim estavam na posse de várias opções", em virtude das variedades regionais e dos traços conservadores inerentes à língua escrita que entravam em conflito com as mudanças temporais, sem que houvesse uma norma. Lapa (1965, p. 17) também alude à "anarquia ortográfica dos documentos provinciais do século XIII". Conforme Mattos e Silva (2001, p. 13), "Caracteriza a documentação escrita dessa época a variação."

Um dos problemas, porém, era a grafia das nasais (Lapa, 1960, p. 14): além do til sobre ambas as vogais, quando dobradas, às vezes também ocorria somente sobre a primeira, ou sobre a segunda, conforme "hūu" ou "huū".

Esta fase da língua escrita situa-se no período do português arcaico, segundo a lição de Leite de Vasconcelos (desde as origens até o século XVI, 1ª metade) e coincide com o início do período histórico, com a documentação direta, com textos escritos em português (Chaves de Melo, *op. cit.*, p. 115). Os documentos mais antigos que se conhecem em português são o *Testamento de Afonso II*, datado de 1214 e a *Notícia do Torto*, escrito entre 1214-1216. Comprovou-se que a datação do *Auto de Partilhas* não é de 1192, conforme se considerava até bem pouco, mas sim de fins do século XIII (Mattos e Silva, *op. cit.*, p. 33).

2 Fase pseudo-etimológica

A fase pseudo-etimológica, conforme prefere chamá-la Chaves de Melo (*op. cit.*, p. 212) vai do século XVI até 1904.

Seu início coincide com o período clássico, em que o deslumbramento pela cultura greco-latina determina a avalanche de grafias eruditas ou pseudo-eruditas, instaurando lado a lado com as intuições fonéticas e fonológicas, o critério etimológico ou pseudo-etimológico, que descambou para uma "espécie de idolatria pela escriptura da língua matriz" (Freire da Silva, *op. cit.*, p. 88). Mattoso Câmara Jr. (1964a, p. 167), ao denominar a grafia deste período de "etimológica", assinala "que consistia em manter no vocábulo

português as letras do vocábulo latino correspondente, ou suposto tal, ainda quando essas letras já não indicavam fonemas, que desapareceram na evolução fonética (*fructo* para /frutu/, ao contrário do latim /fruktum/).

As intuições fonéticas e fonológicas estão registradas em muitas grafias das vogais átonas /i/ e /u/ em final de vocábulo que atestam já a neutralização entre as vogais átonas [+alt] e [-alt, -bX], nesta posição, conforme a grafia de "sapatu" (Silva Neto, *op. cit.*, p. 113).

Coincide a fase pseudo-etimológica, igualmente, com o surgimento das primeiras gramáticas do português, a de Fernão de Oliveira, em 1536 e as de João de Barros e de Nunes de Leão.

Fernão de Oliveira, ao criticar o uso do "h", por não ter o português a consoante aspirada, já assinalava a subserviência ao latim: "nós somos tão grandes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir delas quanto nos são necessárias".¹ Este gramático inovador, reportando-se a Quintiliano, pontuava que se deve escrever a língua como soa, referindo-se não apenas à diversidade entre as línguas, às diferenças sociais, mas também às mudanças no tempo.

João de Barros² estava mais preocupado com o ensino do que com especulações teóricas: "nossa tenção é fazer algum proveito aos mininos que por esta arte aprenderem" (apud Elia, *op. cit.* p. 248).

É importante assinalar as funções (*nomen*, *figura* e *potestas*) que ambos os gramáticos atribuíam à letra, conforme assinala Co-seriu (1991). O *nomen* é o nome da letra; a *figura* é sua configuração gráfica e o que mais interessa é a *potestas*, que coincide com o seu valor grafêmico, no processo de descodificação, na explicação de Mattoso Câmara Jr. (1972, p. 183): "É o que, em termos modernos, podemos exprimir com associar a *potestas* da letra ao novo conceito de "fonema" – ou seja, uma entidade fônica permanente na língua, através das incessantes variações de contexto e de situação, e que pelo seu valor permanente estrutura as formas e lhes dá individualidade."

¹ p. 41 de *A Grammatica da linguagem portuguesa*, 3. ed., Lisboa: José Fernandes Jr., 1936 (sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira apud Elia, 1976, p. 241). Existe a edição de Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975. Introd., leit. actual. e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

² *Gramática da língua portuguesa. Gramática da linguagem portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Lisboa: Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 1971. Leituras, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Edição fac-similar.

O valor funcional (potestas) da letra está confirmado no seguinte passo de Fernão de Oliveira: "porque só mudar uma letra, um acento ou som, e mudar uma de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assim também de uma consoante dobrada em singela ou, ao contrário, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no significado da língua".

A univocidade grafêmica está expressa na seguinte passagem de João de Barros: "A primeira e principal régra na nossa ortografia é escrever todas as dições com tantas lêteras com quantas â[s] pronunciamos, sem poer consoantes oçiosas, como vemos na escritura italiana e francesa" ... "orthographia é vocabulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós ô devemos escrever com estas lêteras: ortografia, porque com elas ô pronunciamos".

As mesmas idéias expendem Pêro Magalhães de Gândavo³ e Duarte Nunes do Leão.⁴

Apesar das tendências expressas pelos quatro autores acima citados, um deles também novelista (João de Barros), eclodia entre muitos escritores a moda de utilizar o léxico greco-latino, muitas vezes com falsas etimologias: abundam os adjetivos em "-bil", "-eo", "-ea" (fechados e abertos), bem como radicais que irão constituir as formas divergentes, paralelos aos cognatos que sofreram a evolução fonética natural, como é o caso de "flama" e "chama". Sousa da Silveira (1921, p. 81) faz menção à proliferação de latinismos *gráficos* que complicaram "a escrita singela dos primeiros tempos". Chaves de Melo (op. cit. 212 e segs.) denuncia a verdadeira balbúrdia a que se chegou desde então até o século XIX, com cada um se arvorando em árbitro para justificar as mais extravagantes grafias como "nocte", "egreja", "lyrio", "eschola" e assim por diante. Mattoso Câmara Jr. (1964b) denominou tal fenômeno de regressão erudita, citando o exemplo de "aspecto" que substituiu a forma corrente "aspeito". Deve-se consultar o trabalho de Marques Telles (xerox) sobre a relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI.

3 Fase simplificada

Chega-se, assim, à 3ª e última fase, a simplificada, com início em 1904. Seu ato inaugural deveu-se ao labor de Gonçalves Viana,

³ Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa; com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Lisboa: BN, 1981. 1. ed. Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Edição fac-similar.

⁴ Ortografia e origem da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. Introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

com a edição de *Ortografia Nacional*, examinada e discutida por comissão de filólogos e finalmente oficializada em 1911. Chaves de Melo (op. cit., p. 60) o considera um clássico, enriquecido posteriormente pelo *Tratado de ortografia da língua portuguesa* de Rebêlo Gonçalves (Coimbra, 1947). Conforme Nascentes (1930, p. 62) "Escrever certo é difícil, mas o sistema simplificado, adoptado em 1911 em Portugal, diminuindo extraordinariamente as possibilidades de erros, facilitou muito a escrita da língua portuguesa". À p. 64 da mesma obra, Nascentes afirma: "Qualquer dúvida sobre ortografia é satisfatoriamente resolvida pelo *Vocabulário* de Gonçalves Viana".

Said Ali (1976, p. 108-115), porém, teceu elaborada crítica, particularmente à grafia de "quere" e "preguntar", defendida por Gonçalves Viana desde a edição de *Exposição da pronúncia normal portuguesa* em Lisboa em 1892. O argumento de Said Ali baseava-se fundamentalmente no fato de que "A escrita é reflexo da pronúncia" (op. cit., p. 113), tendo abonado seu ponto de vista para refutar a grafia de "quere" e "preguntar" em farta coleta de dados.

Conforme Chaves de Melo (op. cit., p. 215), os princípios que nortearam Gonçalves Viana foram:

- I) Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: *th, ph, ch (=k), rh* e *y*.
- II) Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.
- III) Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
- IV) Regularização da acentuação gráfica". (*Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904, p. 17).

Chaves de Melo (op. cit., p. 216) ainda ressalta que, apesar de muitos considerarem a ortografia de Gonçalves Viana fonética, "É sempre a Etimologia que decide, por exemplo, o uso do *s* e do *z* intervocálicos, o uso do *g* e do *j*". Gonçalves Viana se opunha apenas aos "artifícios etimológicos inúteis" ou que não se explicassem pela evolução da língua falada. O princípio da funcionalidade estava expresso no preceito de que tudo o que se diferencia na fala deve ser diferenciado na escrita, porém somente as pronúncias legítimas deveriam ser levadas em consideração.

No Brasil, mencione-se, em especial, João Ribeiro. Em sua *Gramática Portuguesa*, cuja 1ª edição é de 1887, já se ocupava das questões ortográficas, dentro de uma visão científica. Não se pode deixar de mencionar Mário Barreto (1954, p. 17). É dele a lição de que: "É influência deformadora a que a etimologia exerce na

ortografia. Numa infinidade de palavras entradas antiga ou recentemente na língua, mantiveram-se letras, cuja única utilidade dizem que é lembrar a etimologia verdadeira – ou falsa – de tais palavras” ... “É mister que uma palavra portuguesa tenha forma portuguesa”. Foi defensor da grafia simplificada de Gonçalves Viana e aderiu depois à reforma portuguesa de 1911, pela qual militou até o fim. Outros batalhadores pela ortografia simplificada são Silva Ramos e Rego Monteiro.

Somente em 1931, porém, conforme Mattoso Câmara Jr. (1964a, p. 167) se adotou oficialmente a ortografia simplificada no Brasil.

4 Reformas no Brasil

Chaves de Melo (op. cit., p. 216 e segs.) relata que, apesar de ter havido uma tentativa fadada ao insucesso do positivista Miguel Lemos, somente em 1907 se registra o primeiro movimento de repercussão, quando a Academia Brasileira de Letras tenta “estabelecer um sistema de escrita próprio”, por proposta de Medeiros e Albuquerque, inspirado em Gonçalves Viana, porém, com muitas imperfeições. Houve várias marchas e contra-marchas, abaixo sumariadas:

Ano	Autor(es)	Tendência
1907	Medeiros de Albuquerque	simplificação
1912	João Ribeiro	simplificação
1915	Silva Ramos	adaptação ao sistema português
1919	O. Duque Estrada	retrocesso
1929		retorno à proposta de 1907
1931	Acordo c/Portugal	inspirado no sistema de Gonçalves Viana “elástico”, cf. Mattoso Câmara Jr. (1986, p. 77)
1934	Constituintes	retorno ao caos
1937	Sousa da Silveira/ Augusto Magne/ Antenor Nascentes	critérios etimológico e de transposição da norma falada culta
1938	Capanema	retorno ao acordo de 1931
1943	ABL/J. de Sá Nunes	simplificadora e coerente (PVOLP)
(1945)	Acordo	unificação com o sistema português)
1955		restabelecimento do PVOLP de 1943
1971	ABL/ACL	abolição do trema em ditongos átonos e do acento diferencial (com exceções)

Evidentemente, não é possível que o sistema escrito reflita toda as variantes fonéticas geográficas, sociais e diastráticas, conforme muito bem aponta Houaiss (1960, p. 127): “2º) a língua escrita no Brasil é essencialmente a língua padrão, culta, comum para o pensamento universalista”. Mattoso Câmara Jr. (1986, p. 77) expende o mesmo ponto de vista: “É evidentemente indispensável um sistema gráfico único”. Em *Princípios de lingüística geral* (1964b, p. 285²) Mattoso Câmara Jr. ainda é mais incisivo: “oscila-se, perigosamente, entre os falares regionais e a gíria popular, num duplo atentado à coesão lingüística nacional e às exigências da cultura coletiva”.

Exatamente por ser a língua escrita comum e seus principais codificadores seguirem a tendência à simplificação é que se revelam em seus princípios intuições fonológicas que a tornam de uma grande transparência, particularmente na descodificação, ou seja, nos valores que os grafemas têm na leitura. Mattoso Câmara (1986, p. 77) explicou com toda a clareza, apesar de não rotulá-la, o que vem a ser a descodificação: “A sua importância [da ortografia] está em permitir-nos pela leitura dos símbolos gráficos reproduzir mental ou oralmente os sons de que se compõem as palavras. Secundariamente, a forma visual que a palavra assim assume concorre para fazer-nos reconhecê-la e auxilia a evocação dos seus sons ou fonemas”.

5 Intuições fonológicas na ortografia do português

Os sistemas alfabéticos já pressupõem de saída uma intuição fonológica, uma vez que as letras representam mal ou bem o fonema, isto é, para inventá-los torna-se mister desmembrar a sílaba em seus componentes a qual, tanto na fonação quanto na percepção, é um contínuo. Conforme muito bem acentuou Mattoso Câmara Jr. (1953, p. 55), “A fonêmica está instintivamente, embora de maneira inconsistente e precária, na base de toda escrita alfabética”.

Nesta comunicação, porém, nos deteremos em alguns casos mais transparentes de intuição fonológica, a saber, a representação ortográfica do arquifonema | S | em final de sílaba interna; a do arquifonema | R | em qualquer posição; o efeito da oposição [+post] vs [-post] nas vogais para atribuição dos valores de determinadas letras ou dígrafos; aplicação do princípio de ..., isto é, nos demais contextos (*elsewhere condition*), ao efeito de nasalização das letras “m” e “n” em travamento de sílaba interna e aplicação do princípio da navalha de Occam na contemplação dos sinais gráficos de acentuação.

As intuições fonológicas são torpedeadas por dois fatores:
 1) a aplicação dos argumentos etimológicos ou pseudo-etimológicos;
 2) a mudança diacrônica, não acompanhada de ajustes na ortografia.

5.1 Representação ortográfica do arquifonema | S |

A noção de arquifonema foi introduzida pelo Círculo de Praga. Xavier e Mateus (s/d, p. 49) assim o definem: "Termo que designa o conjunto das propriedades distintivas comuns a dois fonemas que constituem os termos de uma oposição neutralizável". É o caso, respectivamente, dos fonemas /s/ e /z/, ou /ʃ/ e /ʒ/: os dois pares compartilham todos os traços, exceto [+son]. A oposição [+son]/[-son] é neutralizável em travamento de sílaba interna, isto é, a [+obstr, +cont] copia o traço [+] ou [-son] da consoante seguinte. A ocorrência de /s/ e /z/, ou /ʃ/ e /ʒ/, em distribuição mutuamente exclusiva, está na dependência da variedade geográfica. Este fenômeno foi magistralmente registrado no sistema alfabético do português: jamais ocorre outra letra que não "s" em travamento de sílaba interna para representar as consoantes [+obstr, +cont, +cor] (traços que as quatro consoantes têm em comum), exceto nos compostos ou falsos derivados. Esta generalização já encontramos na grafia das palavras em João de Barros, Gândavo e Nunes do Leão.

5.2 Representação gráfica do arquifonema | R | em qualquer posição

A oposição entre os fonemas /R/ e /r/ só ocorre no português na posição intervocálica. Em início de vocábulo, em travamento de sílaba interna ou externa ou no encontro consonantal na mesma sílaba (*cluster*), inexistente oposição. Quer ocorram as inúmeras realizações do fonema /R/, quer o flape, nestas últimas posições, a representação gráfica será sempre a mesma: "r". A oposição em posição intervocálica é transparentemente registrada, representando-se /R/ por "rr" e /r/ por "r".

5.3 Efeito da oposição vogais [+post] vs [-post]

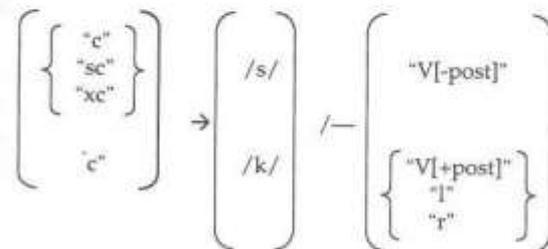
A intuição da classe das vogais [+post] oposta à das [-post] é claramente provada através dos valores atribuídos a determinadas letras, conforme as regras de descodificação a seguir formuladas por Scliar-Cabral (2003).

Sendo assim, a letra "c" e os dígrafos "sc" e "xc"; a letra "g" e os dígrafos "gu" e "qu" antes de letras que representem vogais [-post] se lêem respectivamente como a transposição à realização dos fonemas /s/; /ʒ/ e /g/ e /k/, como nos exemplos "cinema", "cinco", "nasci", "nasce", "prescindir", "excitar", "cena", "cento", "nasceu", "nascente", "exceção", "excêntrico", "cego", "asceta", "exceto", "célere" (lembre que as letras "i" ou "e" podem ser lidas como a realização da semivogal /j/, quando o hiato for lido como ditongo, como nos exemplos "macieira", "alcear", "insciente" e "písceo"); "gitar", "legítimo", "rege", "gelo" (subst.), "gênero", "gente", "gelo" (verbo), "gélido", "efígie"; "seguir", "seguinte", "amarguíssimo", "português", "guerrear", "seguem", "guerra", "segue", "gonguê", "alguém"; "querer", "quente", "quero", "leque", "caquetico", "aquém" (as letras "i" ou "e" podem, ainda, representar a semivogal /j/ quando o hiato for lido como ditongo crescente, como em "quieto" ou "branquear").

As letras "c" e "g" se lêem como a transposição à realização respectivamente dos fonemas /k/, /g/ antes das letras que representam a realização das vogais ou semivogal [+post], (e também nos encontros consonantais na mesma sílaba) como nos exemplos "cubo", "cúbito", "seco", "catacumba", "percorrer", "escambro", "cônego", "cola", "cólica", "facões", "cabo", "cálido", "cândido", "cães", ("cravo", "clave"), "coelho"; "ágüe"; "averigúes", "averiguo", "agudo", "golo", "agônico", "longo", "vagões", "gola", "gótico", "lago", "saga", "agregávamos", "monogâmico", "vagão", "arrogância", "grade", "glória". A letra, com ou sem diacríticos, que representa a vogal com o traço [+post], condicionando o valor da letra "q", só se aplica à vogal [+alt] (estendendo-se também à letra "ü", que representa a semivogal), conforme os exemplos "eqüino", "freqüente", "obliquê", "quociente", "quota".

Abaixo, a formalização das regras de descodificação, conforme constam em Scliar-Cabral (2003):

D2.2



D2.7

$$\text{"g"} \rightarrow \left(\begin{array}{c} /3/ \\ /g/ \end{array} \right) / - \left(\begin{array}{c} \text{"V[-post]"} \\ \left\{ \begin{array}{c} \text{"V[+post]"} \\ \text{"ü"} \\ \text{"l", "r"} \end{array} \right\} \end{array} \right)$$

D2.8

$$\text{"gu"} \rightarrow /g/ / - \text{"V[-post]"}$$

D2.9

$$\text{"qu"} \rightarrow /k/ / - \text{"V[-post]"}$$

D2.10

$$\text{"q"} \rightarrow /k/ / - \left\{ \begin{array}{c} \text{"V[+post]"} \\ \text{"ü"} \end{array} \right\}$$

5.4 Princípio da distribuição complementar nas variantes das vogais nasalizadas

A representação gráfica da distribuição complementar das variantes das vogais nasalizadas condicionadas pela consoante que inicia a sílaba seguinte foi claramente registrada no sistema alfabético do português. Adotou-se o princípio "nos demais contextos" (*elsewhere condition*), ou seja, toda vogal nasalizada que for seguida por consoante [-cont, +ant, -cor], isto é, por /p/ ou /b/, iniciando sílaba, vem acompanhada na escrita pela letra "m"; se for seguida pelas demais consoantes (*elsewhere condition*), virá acompanhada pela letra "n", conforme os exemplos "pomba", "tampa", "anda", "anta", "tanga", "cinco", "ninfa", "onça", "onze", "lanche", "canja", "honra". Nesta situação, pois, as letras "m" e "n" têm o mesmo valor que o til. A formalização deste princípio se encontra na regra de codificação C2.16.2 de Scliar-Cabral (2002):

$$/ɔ/, \rightarrow \left(\begin{array}{c} \text{"Vm"} \\ \text{"Vn"} \end{array} \right) / - \left\{ \begin{array}{c} /p/ \\ /b/ \\ \dots /C/ \end{array} \right\}$$

5.5 A forma não marcada do vocábulo fonológico

Conforme examinado, Gonçalves Viana foi o grande codificador do sistema alfabético do português, seguindo o princípio da simplificação, ou a navalha de Occam.

Exemplificaremos tal preocupação com a chave mestra que norteou as regras de acentuação gráfica, isto é, contemplar o mínimo possível de palavras: sendo os vocábulos paroxítonos terminados pelas letras "a", "o" ou "e", seguidas ou não de "s", os mais numerosos do português, dispensam o acento gráfico, coincidindo, portanto, com a forma vocabular não marcada (*merkmallos*) do português. Deve-se assinalar que tais letras correspondiam originalmente à pronúncia das vogais temáticas átonas /a/, /o/ e /e/, das quais, na mudança diacrônica, as duas últimas neutralizaram, na maioria das variedades sociolingüísticas do português do Brasil, em favor de /u/ e /i/.

Nesta comunicação, começamos historiando as três fases de fixação ortográfica do português, a chamada fase fonética, a pseudo-etimológica e a simplificada, para demonstrar com alguns exemplos as intuições fonológicas de seus codificadores. Estes exemplos demonstram, igualmente, a grande transparência do sistema.

Referências

- BARRETO, Mário. Através do dicionário e da gramática. *Correio de Consultantes. Obras completas de Mário Barreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1954, v. 6, p. 369.
- CHAVES DE MELO, Gladston. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967. 319 p.
- COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)*. Trad. de Maria Christina de Motta Maia, ver. pelo autor. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia e lingüística*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. 345 p.
- FREIRE DA SILVA, Augusto. *Grammatica portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Augusto Siqueira, 1906. 478 p.
- HOUAISS, Antônio. *Sugestões para uma política da língua*. Rio de Janeiro: INL, 1960. 224 p.
- LAPA, Rodrigues. *Crestomatia arcaica*. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. 101 p.

- . *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval*. Rio de Janeiro: INL, 1965. 302 p.
- MARQUES TELES, Célia. *Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI*. Salvador: UFBA, s.d. (xerox)
- MATTOS E SILVA, Rosa. *O português arcaico – Fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001. 101 p.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1953. 176 p.
- . *Dicionário de filologia e gramática – referente à língua portuguesa*. 2. ed. Rio/São Paulo: Ozon, 1964a. 369 p.
- . *Princípios de lingüística geral – como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964b. 333 p.
- . *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. 273 p.
- . *Manual de expressão oral & escrita*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1986 [1977]. 155 p.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Machado/Alves, 1930, v. 1, 278 p.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003. (no prelo).
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2. ed. ampliada e revista por Evanildo Bechara e Joram Pinto de Lima. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. 285 p.
- SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando. *Lições de português, dadas no 3º ano da Escola Normal de acordo com o programa*. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1921. 275 p.
- XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena. *Dicionário de termos lingüísticos*. Associação Portuguesa de Lingüística e Instituto de Lingüística Teórica e Computacional. Lisboa: Cosmos, s.d. v. 1, 423 p.